

Carl von Koseritz e suas *Imagens do Brasil*: para definir territórios

Pensar a amplitude e o emaranhado de relações que o título deste trabalho resume como proposta obriga em primeira mão a esboçar um mapa de situação tanto daquele que efetua a viagem, ou seja, o viajante Carl von Koseritz, quanto do que surge como produto dessa viagem; não se trata aqui de outra coisa senão de seus relatos compilados na obra *Imagens do Brasil*.

Entretanto, por mais que tal configuração do perfil de autor e de obra pareça ser algo da ordem do mundo objetivo, afinal, um mapa delineado tende a criar a ilusão de ser um produto descritivo e delimitador aos olhos de quem o consulta sem considerar que, entre aquilo que o cartógrafo vê e aquilo que ele desenha, todo um universo de sensações e interpretações se impõe ao seu fazer. Nestes casos, é no intervalo de tempo entre o ato de ler o espaço e o ato de materializá-lo com o traço na superfície do papel que pode ocorrer o erro; ou, talvez, somente um lapso interpretativo.

Cientes, porém, da importância de um mapa como ponto de partida para o desenrolar de uma viagem pela obra *Imagens do Brasil* e a relação que esta guarda com o mundo dos museus, uma analogia será proposta para dar início a esta empreitada. Neste primeiro momento, com a preocupação de situar autor e obra no contexto maior de uma viagem reveladora, a imagem do viajante se construirá em paralelo com a de um colecionador na intenção de identificar, desta forma, pontos de contato com aquele que coleciona, ou seja, com uma prática de acumulação e organização operada pela observação e a seleção de objetos a serem posteriormente partilhados com outros por meio de uma exposição.

Se “uma colecção define-se pela personalidade de seu criador, pelas características dos objectos que contém e pelo modo como são ou foram expostos no espaço de instalação permanente”,¹ pode-se afirmar que von Koseritz e a exposição que cria com imagens do Brasil o definem como um colecionador de impressões e memórias de sua vivência na temporada passada na cidade do Rio de

¹ Paula Leite SANTOS. *Um colecionador do Porto romântico*: João Allen (1781-1848). Porto: Imprensa Portuguesa, 2005. p. 86.

Janeiro, o que o torna ainda um intérprete, que ao escrever a imagem da Corte, escreve conjuntamente a identidade de si mesmo em um jogo complexo, mas típico do universo dos museus, de escrita de uma narrativa por intermédio de objetos, sejam eles quais forem, selecionados de um todo para compor um novo discurso e uma nova realidade que, propositalmente, postos ao olhar de outros revelará não só uma conformação do tema que pretende abordar, mas, ainda, a construção pessoal e identitária daquele narra.

2.1.

Carl von Koseritz: a proposta de uma aproximação

2.1.1.

Um autor

Autor e obra no caso de Carl Julius Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von Koseritz e *Imagens do Brasil* não se descolam, nem um emudece o outro. Pelo contrário, *Imagens do Brasil* mescla-se, descreve e exalta a todo momento o personagem que tem na mão a pena que escreve. Não poderia ser de outra maneira, posto que tal obra refere-se a um diário de viagem realizado por von Koseritz no ano de 1883, em visita à Corte Imperial no Rio de Janeiro.

Portanto, *Imagens do Brasil* é a fonte principal do estudo aqui proposto e cabe por ora aguardar mais algumas páginas para voltar a tratar dela, uma vez que se faz indispensável deter-se primeiramente em uma análise a respeito do autor e de todo um contexto que o acompanha e que, sem dúvida alguma, exerce grande influência em como e sobre o que ele escreve, sem, contudo, resumir a abordagem a uma cadeia de causas e efeitos que teria levado o autor a culminar toda uma vida em uma dada obra em virtude dos acontecimentos.

Carl von Koseritz, filho do major e barão de von Koseritz, nasceu em 1830 na cidade de Dessau, no ducado de Anhalt, na Alemanha. Pouco se sabe da vida do jovem alemão em seus primeiros vinte anos de vida, de forma que uma apreciação mais contundente a respeito de sua formação acadêmica e profissional

no momento em que ainda se encontrava em solo europeu fica em aberto. No entanto, seus biógrafos parecem em acordo ao destacar sua formação na Alemanha vinculada às forças armadas, ora em escola destinada às atividades marítimas, ora no exército em campanha contra a Dinamarca, e, em seguida, sua vinda para o Brasil engajado em mais uma missão militar.²

José Fernando Carneiro³ e Imgart Grützmann⁴, ressaltam, ainda, da vida de von Koseritz precedente à chegada ao Brasil, sua participação nas revoluções liberais de 1848, aos dezenove anos, o que evidencia desde aquele período sua verve e seu envolvimento políticos de inclinação liberal. Ao fracassar os liberais em tal empreitada, cria-se logo um cenário desfavorável aos simpatizantes dos intuítos revolucionários no contexto alemão e esta situação foi motivo para a partida de Carl von Koseritz da Alemanha, em 1851, rumo ao Brasil e na condição de grumete do veleiro *Heinrich* junto a 1900 soldados e 52 oficiais da Legião Alemã contratada pelo Império brasileiro para lutar na fronteira contra Oribe e Rosas.⁵

Assim, aos vinte e um anos, von Koseritz aporta pela primeira vez no Brasil na cidade do Rio de Janeiro e de lá é encaminhado para o Rio Grande do Sul já como integrante da tropa de mercenários. Porém, logo ao chegar à província sulista, o alemão abandona a Legião, que já sofria com desentendimentos internos entre os oficiais, de tal modo que vem a dissolver-se antes do término do contrato de dois anos.⁶ Como autêntico *brummer*⁷, von Koseritz decide fixar residência em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde daria início às diversas frentes de trabalho que desenvolveria até sua morte em 1890.

² Cf. José Fernando CARNEIRO. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959. Imgart GRÜTZMANN. *Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso de Karl von Koseritz (1830-1890)*. São Leopoldo, RS. Notas de pesquisa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/CNPq. Disponível em <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/vol11n1/np04_gutzr ev.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008. WIKIPÉDIA. *Carl von Koseritz*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_von_Koseritz>. Acesso em: 20 de novembro de 2008.

³ CARNEIRO, op. cit.

⁴ GRÜTZMANN, op. cit.

⁵ CARNEIRO, op. cit., p. 8.

⁶ Idem, Ibidem.

⁷ *Brummer* é a designação dada aos soldados mercenários contratados pelo Império para a luta na Guerra contra Oribe e Rosas em 1851. Parte destes soldados permaneceu no Rio Grande do Sul finalizada a Guerra ou mesmo antes como desertores, os mesmos exerceram grande influência na região sobre os colonos.

“Além de professor, jornalista em duas línguas, polemista, ainda lhe sobrava tempo para dedicar-se a estudos históricos, econômicos e filosóficos, a pesquisas antropológicas e etnográficas, à literatura de ficção e à propaganda de ‘volapuk’”.⁸

Do ponto de vista da influência política e econômica que von Koseritz viria a exercer no Rio Grande do Sul e, mais ainda, entre os colonos alemães e seus descendentes, que acompanhavam suas idéias, seus embates e sua luta em prol dos teuto-brasileiros, destaca-se seu papel como porta-voz das reivindicações da colônia perante a província e o governo imperial. Deste modo é o *brummer* reconhecido como liderança autêntica desses colonos, o que se confirmaria por sua eleição como deputado provincial entre os anos de 1883 e 1889,⁹ mesmo em momento de descrédito após o fiasco da Exposição Brasileira-Alemã (1882), a qual organizara, mas que resultara em discórdia entre von Koseritz, o cônsul alemão e, ainda, os comerciantes alemães de Porto Alegre.

A popularidade de von Koseritz entre os colonos e demais habitantes do sul do país não se restringiu ao Rio Grande do Sul, sua liderança ressoava ainda por Santa Catarina e Paraná e alcançava tais horizontes, principalmente, em função de sua incansável atividade como jornalista, como assinala Imgart Grützmann em seu estudo *Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890)*:

“No período compreendido entre 1850 e 1945, estes periódicos [jornais noticiosos, revistas e almanaques], majoritariamente publicados em língua alemã, foram as principais modalidades de acesso à palavra escrita e impressa para diversos segmentos do público leitor de origem alemã, notadamente na Argentina, no Brasil e no Chile. Esta questão não era central apenas do ponto de vista dos leitores, mas também dos intelectuais, na medida em que os periódicos em língua alemã também eram e constituíam significativas redes e representativos espaços de sociabilidade destes pensadores.”¹⁰

⁸ José Fernando CARNEIRO. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959. p. 13.

⁹ Graças à promulgação da lei de 1881 referente à inelegibilidade, von Koseritz, desde 1865 naturalizado e casado com a brasileira Zeferina Barbosa, tem o direito de concorrer à candidatura nas eleições provinciais.

¹⁰ Imgart GRÜTZMANN. *Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso de Karl von Koseritz (1830-1890)*. São Leopoldo, RS. Notas de pesquisa. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/CNPq. Disponível em <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_historia/vol11n1/np04_gutzr ev.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

A contribuição de von Koseritz para o mundo das letras sulista extrapolou os limites dos periódicos, dentre os quais destaca-se o *Deutsche Zeitung* (*Jornal Alemão*) do qual foi redator por mais de quinze anos e que obtinha enorme alcance junto ao público de língua alemã no Rio Grande do Sul, além de *A Acácia*, semanário maçônico e palco de seus combates contra a Igreja Católica, assim como *O Combate* e a fundação do *Eco do Ultramar*, um periódico de cunho literário e cultural que se empenhava em lutar contra o predomínio da cultura francesa nas letras, nas artes e na ciência.¹¹ Fundamental, inclusive, não deixar de mencionar que para a *Gazeta de Porto Alegre* von Koseritz publicou, em português, as *Cartas da Corte* e *Em Viagem*, artigos que viriam a compor *Imagens do Brasil* e que já tinham sua publicação garantida em alemão no *Deutsche Zeitung*. Von Koseritz escreveu também obras de ficção, de conselhos práticos sobre agronomia e horticultura e estudos sobre poesia popular rio-grandense.

Além de entusiasta e defensor das questões germânicas, atuação pela qual se designa o período de 1864 a 1890 de *era Koseritz* na história do teuto-brasileirismo, von Koseritz também se voltava para o estudo do homem brasileiro, o que se manifestava especialmente pela etnologia e pela arqueologia, unidas ao ideário do evolucionismo darwinista do qual era partidário fleumático, a ponto de em uma das cartas do diário de viagem registrar uma conversa entre si e D. Pedro II em que o último se queixa do que lera quando da publicação da Carta 14, na *Gazeta de Porto Alegre*, na qual von Koseritz teria sido injusto para com ele ao dizer que o Imperador lê Darwin, mas crê em Adão e Eva feitos do barro.¹²

Von Koseritz nutria especial interesse pelos indígenas brasileiros, como ficará patente durante suas visitas aos museus do Rio, e nesse sentido o autor publica as obras *Bosquejos etnológicos* e *A terra e o homem*, ambas de 1884. A primeira obra trata dos indígenas brasileiros pelo viés do evolucionismo e da classificação desses indígenas em um estágio da *idade da pedra* até o momento da chegada do branco europeu à América do Sul. Fato que se destaca de tal estudo é a própria coleção de machados de pedra polida do autor, que ultrapassa o número de 60 peças, e que serve para corroborar a tese de seus escritos.

¹¹ José Fernando CARNEIRO. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959. p. 12.

¹² Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 106.

Entretanto, o interesse de von Koseritz pelos indígenas não se restringe à mera curiosidade pelo tema, como sugere Carneiro em seu trabalho, e parece revelar mais uma vontade oculta e intencional de colaborar com as discussões sobre os avanços e atrasos da produção material desses homens ao mesmo tempo que desperta em von Koseritz sua admiração pelos artefatos, marca incontestável do amor de todo colecionador por detalhes e minúcias de seus objetos. Assim diz ele em trecho de *Bosquejos etnológicos*:

“Rara perfeição de trabalho, quer pela certeza matemática da linha circular, quer pela simetria da convexidade, quer ainda pela regular abertura do orifício e pelo perfeito polimento. Que imenso trabalho era aquele para quem não dispunha senão de pedras, d’areia e d’água para dar a um machado a forma, o corte e o polimento. E como deveria ser densa a população dos nossos matos, em que encontram tantos desses artefatos? Porque objeto cujo preparo podia consumir a vida de um homem, havia de ser apreciado e passar de geração a geração e entretanto acham-se milhares deles disseminados nos matos e no solo, o que é evidente prova do grande número de indígenas que devia haver!”¹³

Quanto à outra obra citada, *A terra e o homem*, o autor a publica na intenção de levantar duas ou até mais bandeiras a um só tempo. Este livro defende o pioneirismo do Rio Grande do Sul na introdução dos princípios evolucionistas no Brasil, assim, von Koseritz trabalha no sentido de “firmar prioridade da província do Rio Grande do Sul no movimento científico relativo à teoria da evolução realizado no Império”¹⁴ e concatena dois pontos centrais em toda a sua militância política e científica: por um lado defendia o que havia de mais atual em termos de uma interpretação para a existência da vida na Terra, o que significava negar os dogmas religiosos, em particular os católicos, referentes à mesma temática, assim como o positivismo de Comte, ao qual combatia por ser uma “filosofia antropocêntrica e para nós o erro antropocêntrico é tão condenável quanto foi outrora o erro geocêntrico”¹⁵. Por outro lado, von Koseritz buscava enaltecer o Rio Grande do Sul pelo mérito de acompanhar as teorias revolucionárias em voga no hemisfério norte e, mais ainda, de introduzi-las no Império – leia-se: graças à influência dos intelectuais germânicos.

¹³ VON KOSERITZ apud José Fernando CARNEIRO. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959. p. 19.

¹⁴ Ibid., p. 20.

¹⁵ Ibid., p. 21.

Ainda que se possa concordar com Afonso Arinos em seu prefácio de 1941 à obra *Imagens do Brasil* quanto à falta de um “ambiente para a formação de uma verdadeira cultura científica”¹⁶ na trajetória de vida de von Koseritz, já que chegara muito jovem ao Brasil e que um ambiente ilustrado não seria encontrado em meio ao atraso intelectual da província sulista, não se pode deixar de dar crédito à multiplicidade de áreas de estudo contempladas pela espantosa produção de von Koseritz, sobretudo se forem levadas em conta todas as adversidades oriundas do fato do autor residir em pleno século XIX em uma região pouco visada do ponto de vista econômico para o desenvolvimento do Império.

Independente do valor de seus trabalhos para o campo das ciências, interessa muito mais sua produção proveniente da figura do político-jornalista associada, sim, a toda sua curiosidade sobre esse instrumental teórico e prático das ciências naturais, que aparecerão a todo instante em suas cartas-crônicas da viagem à Corte. Essas cartas, por sua vez, não deixavam de cumprir uma função pedagógica alinhada ao discurso oficial de construção de uma identidade para a Nação brasileira, assim como de formação de imagens para um Império chamado Brasil.

2.1.2.

Um Império do Brasil

Uma vez definido o contorno biográfico do autor, buscar-se-á delimitar no espaço de um país de território agigantado as seleções de imagens que Carl von Koseritz realizará para compor sua própria exposição. O título da obra sugere, pelo recurso da viagem, a construção ou mesmo a escolha de certas imagens que seriam capazes de definir o Império do Brasil.

Ao retomar a analogia pensada na introdução a este capítulo, a grande questão que restará por solucionar dirá respeito ao discurso paralelo que acompanha e escamoteia-se na forma linear do diário de viagem, mas que, possivelmente, pode também alargar-se como uma narrativa expositiva. Em outras

¹⁶ Afonso Arinos de Melo FRANCO. Prefácio (1941). In: Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 10.

palavras, o que há de subjacente naquilo que se dá aos olhos do leitor para ser visto e que operações são efetuadas pelo autor para construir a sua imagem do Brasil?

Dessa forma, os questionamentos levantados indicam um caminho para a finalização do esboço do mapa, porém, agora, tratando do espaço sócio-geográfico em que nosso viajante imergirá para propor as suas imagens. A historiadora Margarida de Souza Neves indica algumas claves interpretativas para compreender o teor das descrições arranjadas por von Koseritz acerca da cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente, é notável que, de uma viagem que dura ao todo oito meses, o autor tenha passado somente poucos dias em algumas cidades como Paranaguá e São Paulo e o restante todo no Rio com uma estadia em Petrópolis. Para o alemão, as imagens do Brasil de que necessita para conceber seu quadro encontram-se tão somente na Corte Imperial: Rio e Petrópolis e nem ao menos nas freguesias rurais da Corte.¹⁷

Além do que, o Rio de Janeiro é o centro incontestado de poder e decisões do Império, é residência e local de fala daquele que reina, governa e exerce o Poder Moderador. A cidade do Rio merece, deste modo, quase que integralmente a atenção do olhar de von Koseritz para a tessitura de seus relatos, pois é do Rio, acima de tudo, que emanam as diretrizes governamentais e a representação do país em que devem espelhar-se as províncias de norte a sul e de leste a oeste do Brasil.

Neves também ressalta o aspecto de mediação do Rio para operar a conexão entre dois mundos distintos, aquele da *cultura européia*, que tem “o lastro da ‘tradição’ representado pelo Império e pelo sangue europeu que corria nas veias do monarca”,¹⁸ e, no outro extremo, o mundo da *natureza pujante* das Américas que encontraria seu contrapeso na *tradição européia* para estancar os “perigos das novidades do tempo e garantir a ordem, princípio e fundamento dos projetos políticos das velhas e novas elites do Brasil do século XIX”.¹⁹ Convém lembrar aqui a exceção do regime político monárquico e centralizador do Brasil em meio às conturbações políticas das repúblicas no resto da América do Sul.

¹⁷ Margarida de Souza NEVES. “Uma cidade entre dois mundos. O Rio de Janeiro de 1870 a 1889”. In: Keila GRINBERG e Ricardo SALLES (Orgs). *O Brasil Império. 1808-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (no prelo). p. 7 da versão mimeografada.

¹⁸ Idem, Ibidem.

¹⁹ Idem, Ibidem.

Na realidade, ao procurar respostas para o fato da viagem e dos relatos de von Koseritz centrarem-se na Capital do Império em momento de declínio político da imagem que fora construída para o Estado, elas serão encontradas justamente na força da imagem construída para a Nação e ressoada para as províncias. Tratava-se de um Império de pouca idade, mas que ciente disto, engaja-se na tarefa de dialogar com a tradição – por ser um Estado monárquico que trazia em seu bojo um projeto civilizador – e associar essa tradição a elementos da cultura local, posto que o Estado localizava-se nos trópicos, de maneira que a natureza passaria a ser não só sua base territorial, mas igualmente material.²⁰

Dessa maneira, deve-se encarar o jovem Império brasileiro pelo viés do projeto civilizador que irá encampar e como ele irá relacioná-lo ao que diferenciava e afastava o Brasil das nações tidas como civilizadas, em breves palavras: sua natureza. A grande missão do Estado monárquico brasileiro no sentido de buscar inserir-se na lógica dos Estados europeus, iluminados pela razão e o progresso, será criar para si uma história oficial que o distanciasse da barbárie, mas que para isso desse conta das condições geográficas do Império e de sua natureza que, ao mesmo tempo, o tornava tão próximo daqueles estágios primitivos de civilização ou mesmo da própria barbárie.

As ações do Império no sentido de forjar sua imagem vinculada à tradição dizem respeito diretamente a uma política de continuidade da tarefa civilizadora iniciada anteriormente pela metrópole portuguesa. De tal modo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão criado para escrever a história da Nação e definir uma identidade para a mesma, não se oporá à idéia de continuidade do que já se principiara no período colonial e corroborará, no seio da nova Nação, a postura civilizadora do colonizador europeu.

Para tanto, as elites brasileiras à frente do projeto de escrita da história da gênese da Nação se esforçarão por criar uma visão homogênea do nacional, abafando e excluindo dessa história as tensões suscitadas pela presença de populações indígenas e a existência do trabalho escravo. Ao mesmo tempo em que o abrandamento dessas questões ratifica o elo do Império com a tradição e a herança de uma colonização branca, européia e civilizada, ele cria uma categoria

²⁰ Cf. Lilia Moritz SCHWARCZ. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 39.

de identidade própria que distingue o Brasil, organizado politicamente em torno da totalidade pretendida pela tríade Estado-Nação-Monarquia, das repúblicas latino-americanas, suas vizinhas, enxergadas como a corporificação da barbárie.²¹

Refletir sobre esse projeto civilizador do Estado envolve diretamente pensar seu cerne na própria escrita de uma história, assim como na História como campo autônomo do conhecimento e seu estatuto disciplinar. A História como disciplina é, em si mesma, uma invenção de um projeto de civilização oriundo de uma noção pedagógica e ordenadora do mundo para o presente e o futuro, e escrever história incorporará essa perspectiva com relação a um passado que precisa estar bem alinhavado à sucessão de acontecimentos, pois serão eles os propulsores das situações presentes.²²

Recorrer ao conceito de civilização tal como pensado por Norbert Elias em sua obra *O processo civilizador* auxiliará nas considerações acerca da criação da identidade nacional brasileira colada à noção de uma sociedade civilizada em oposição a uma sociedade primitiva, ainda que o estudo de Elias esteja centrado na compreensão do processo de civilização no contexto das sociedades alemã e francesa do século XVIII. De acordo com Elias, a civilização e suas distintas gradações são frutos de uma construção social, não são algo estático, pelo contrário, enquanto construção são parte de um processo que se refere à estrutura particular de relações humanas, estrutura social e formas de comportamento correspondentes.²³

Para Elias, este conceito minimizaria diferenças nacionais entre os povos e enfatizaria o que é comum a todos os seres humanos e isso se daria em uma conjuntura de fronteiras territoriais e identidades definidas há muito tempo.²⁴ O traço que o conceito de civilização guarda em comum entre os povos é sua qualidade para expressar a consciência que o Ocidente tem sobre si mesmo, uma

²¹ Cf. Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 1988. p. 6-7.

²² Cf. Norbert ELIAS. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, julho/out. 2000, vol. 7, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de julho de 2006.

²³ ELIAS, op. cit., p. 73.

²⁴ Cf. Ibid., p. 25.

vez que resume tudo aquilo em que a sociedade ocidental julga-se superior, seja em relação a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas consideradas mais primitivas e esta relação se definirá segundo cada povo.²⁵ Segundo Frederico da Prússia, a rota para a *civilização* da perspectiva dos preceitos da Corte seria “a importância da boa forma, marca de toda ‘sociedade’ autêntica, controle dos sentimentos individuais pela razão, necessidade vital para todos os cortesãos; comportamento reservado e eliminação de expressões plebéias”.²⁶

Entretanto, como construir a identidade de uma Nação pautada pelo progresso, pela razão e pelas luzes, como uma verdadeira nação civilizada, em contraste com a barbárie associada à natureza e à escravidão? A missão que se impunha ao IHGB implicava antes de tudo em domar a natureza pelo caminho da razão e das ciências, portanto a concepção de história do Instituto será aquela proveniente do Iluminismo, uma história processual narrada linearmente e marcada pela noção de progresso. Assim sendo, o caso brasileiro seria explicado pela linha evolutiva e, para tanto, os historiadores do IHGB procurariam subsídios na arqueologia, nas línguas indígenas e na etnografia como forma de acessar essa cultura estranha do universo indígena, “cuja inferioridade em relação à ‘civilização branca’ poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada”.²⁷

Não é de estranhar que venha a fazer parte da política do IHGB o incentivo às viagens de exploração do território nacional como forma de coletar material, principalmente aquele de procedência indígena, para possibilitar o esquadrinhamento do Brasil e embasar a escrita da história nacional. As incursões territoriais se refletirão de tal forma nos temas dos artigos da Revista do IHGB, já que indicariam também a identidade físico-geográfica da Nação ao levantar as possibilidades de exploração econômica de suas riquezas naturais e integrar, ainda, as regiões mais distantes ao eixo de poder do Estado nacional:

²⁵ Cf. Norbert ELIAS. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 23.

²⁶ FREDERICO apud ELIAS, op. cit., p. 34.

²⁷ Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 1988. p. 12.

“A concessão de prêmios e a organização e o apoio a expedições científicas nas quais o IHGB se engaja visava à coleta de abundante material e à produção de um saber sobre o Brasil, capazes de fornecer as bases seguras de um projeto de escrita da história nacional, compreendida em seus aspectos mais amplos. Muito além do que apenas os fatos de natureza política, o que esta história pretende registrar e memorizar é uma dada imagem da Nação brasileira em todos os seus contornos”.²⁸

Em adição a esses esforços, Carl von Martius fornece, através de seu projeto historiográfico pensado para o Brasil, uma possível solução para a questão da identidade da jovem Nação em construção, garantindo sua especificidade, mas sem deixar de dar conta dos elementos de tensão dentro deste processo. De acordo com o botânico, a identidade nacional brasileira se ergueria a partir da contribuição das raças branca, indígena e negra, de forma a garantir à edificação dessa história a marca e a colaboração dos três grupos étnicos.²⁹

O trabalho de von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, oportunamente premiado em concurso do IHGB, encontra receptividade no Instituto e respalda suas asserções sobre o país devido à viagem ao Brasil que realizara entre 1817 e 1821 em companhia de Johann von Spix. A viagem o autorizava a produzir esse trabalho, pois viajar, dentro dos preceitos iluministas, é projeto de conhecimento do outro e converte-se em experiência central para a vivência da história e a pedagogia de todo cidadão esclarecido.³⁰

Ressurge, assim, a natureza como elemento constitutivo essencial desta Nação, cuja função estaria assinalada na história nacional ao dar explicação para o grau de civilidade da sociedade local, ainda recente, vinculada a um determinismo natural. A natureza caracteriza-se como solução para o problema do tempo e de uma cronologia que integra a diversidade das experiências. Nossa natureza exuberante é onipresente e diversa e justifica, por conseguinte, o pouco desenvolvimento das realizações no campo da cultura.

²⁸ Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 1988. p. 22.

²⁹ Cf. Ibid., p. 18.

³⁰ Cf. Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, julho/out. 2000, vol. 7, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de julho de 2006.

Assim, nossa falta de história, que indicaria a falta de civilização, faz com que as informações mais seguras para a determinação da temporalidade da sociedade brasileira encontrem-se no mundo da natureza. Um novo Império nos trópicos só seria viável se tomasse a natureza como elemento distintivo para a conformação dessa história natural.³¹ O modelo universal de civilização que o Império pretende forjar para si só se efetivaria a partir de uma estetização da natureza local, como salienta Lilia Schwarcz:

“A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, templos da Antiguidade ou batalhas heróicas para lembrar, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas, apareciam caracterizados o monarca e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. O ritual da realeza seguia à risca esse estilo mestiço e tropical, por meio da ininterrupta mistura de elementos do lugar e estrangeiros. Por mais que tenha partido de d. Pedro I e de Bonifácio a iniciativa de elaborar – junto com Debret e outros participantes da Missão Francesa – uma ritualística local, foi com d. Pedro II e seu longo reinado que se tornaram visíveis a originalidade do protocolo e o projeto romântico de representação política do Estado”.³²

Outro aspecto fundamental relacionado à preocupação do Estado em escrever sua história oficial é a ideologia do progresso como mola impulsionadora desta civilização. Neves levanta esta mesma questão a partir da Carta 41 escrita por von Koseritz em 19 de julho de 1883, na qual o viajante narra sua ida ao Imperial Teatro D. Pedro II para assistir o bailado internacional *Excelsior*, encenado pela Companhia de Ópera Italiana. O grande sucesso do espetáculo, apesar de todas as qualificações técnicas de música, bailarinos, coreografias, cenários e indumentária, residiu, na realidade, em seu tema que abordava “o sonho do triunfo do progresso, da civilização e da ciência sobre o atraso, a barbárie e a ignorância, dogma da nova religião leiga que dominava os corações e mentes do Ocidente na segunda metade do século XIX”.³³ Tudo isso aplaudido de pé pela

³¹ Cf. Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, julho/out. 2000, vol. 7, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de julho de 2006.

³² Lilia Moritz SCHWARCZ. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 140.

³³ Margarida de Souza NEVES. “Uma cidade entre dois mundos. O Rio de Janeiro de 1870 a 1889”. In: Keila GRINBERG e Ricardo SALLES (Orgs). *O Brasil Império. 1808-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (no prelo). p. 7 da versão mimeografada. p. 2.

platéia estonteada, mas alheia às incongruências de tal ideal perseguido em paralelo à realidade escravocrata do Império.

O Império, porém, presenciado e descrito por von Koseritz encontrava-se em estado de desmoronamento. Aquele Império que investira na construção de um projeto de Nação e civilização centrado na figura do monarca ilustrado e que havia sido bem sucedido nessa empreitada, em 1883, momento da viagem do alemão ao Rio, já dava sinais de sua debilidade.

Ao considerar todo o arsenal de *tradições inventadas* para o fortalecimento da imagem do Estado, que deu origem a práticas rituais e simbólicas como forma de perpetuar um passado que na verdade se construía naquele momento e que tinha por objetivo consagrar a política centralizadora do Estado, ao passo que enfraquecia as províncias, o que von Koseritz sinalizará, sem poupar nos comentários, é a decadência e o desleixo do Imperador e sua Corte, que punham por terra todo o esforço das décadas precedentes de consolidação de um Estado amparado pela tradição.³⁴

Assim relativizará von Koseritz a respeito dos gastos públicos com as províncias e a Corte e, em meio a isso, o Imperador:

“Nunca me pareceu mais claro o quanto o Brasil sofre com a vigente centralização, como agora, no Rio. Aqui são dissipadas colossais massas de dinheiro enquanto, nas províncias, cada vintém, (uma moeda de cobre do valor de 20 réis, ou 4 pfenigues), é posto na balança e virado centenas de vezes, antes que alguém se decida a largá-lo. O mais modesto de todos é, decididamente, o Imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca, como o palácio de governo de Porto Alegre, somente cinco vezes maior. Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, está ele ali, em face do cais Pharoux, como um antigo telheiro. É verdade que este chamado Paço da Cidade só muito raramente é utilizado pelo Imperador e a sua família, porque ele habita sempre São Cristovão, mas este último palácio, (do qual farei proximamente uma descrição aos meus leitores), não deve ser muito melhor.

Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e a sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para as obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências. Um Nova Friburgo, (rico plantador brasileiro), constrói para si um palácio por 8.000 contos, (16.000.000 de marcos), verdadeiro palácio de fadas, e d. Pedro II vive num par de casas velhas... Sem dúvida isto é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador.

³⁴ Cf. Eric HOBBSBAWN e Terence RANGER. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 9.

Uma impressão excessivamente mesquinha causam as duas galerias que ligam, sobre duas ruas, a primeira o palácio com um edifício posterior, e a segunda este último com a capela imperial. Ainda mais cômico, (e, para um europeu, inconcebível), é a circunstância de que todo o andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugado a negociantes, barbeiros etc.! Isto não aconteceria ao mais modesto dos príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as rendas do Imperador são insuficientes para as suas obras de caridade. Em questões políticas me vi muitas vezes na obrigação de censurar o Imperador, de sublinhar o seu procedimento com críticas por vezes muito vivas; entretanto respeito o homem, como todo cidadão honrado deve respeitá-lo, porque ele é um senhor de grande coração, amigo e benfeitor dos seus semelhantes, que afasta de si qualquer luxo, para minorar a miséria alheia.

Rio, 1 de maio de 1883.”³⁵

Assim, o que se depreende do relato de von Koseritz em relação à figura do Imperador é uma postura dupla: uma referente ao político, a outra ao homem. No que diz respeito ao político, o tom jocoso e enfático do jornalista não deixa de denotar seu posicionamento crítico, fosse devido à política centralizadora de dom Pedro que pouco dedicava do erário público para as províncias, fato do qual, como deputado provincial rio-grandense, von Koseritz se ressentia profundamente, fosse, ainda, pela precariedade evidente das propriedades imperiais que, do prisma do alemão, eram indignas e inimagináveis para qualquer herdeiro de coroa. Precariedade essa que se potencializa ainda mais com o aluguel de parte do Paço para comerciantes, situação à qual o Imperador se sujeita frente a sua minguada renda.

A questão da renda imperial, por outro lado, associa-se diretamente à benevolência e à admiração demonstradas pelo viajante para com a pessoa física do Imperador. O descrédito quanto a sua figura política vista como mesquinha do ponto de vista dos gastos quase que exclusivos com a Capital em detrimento do repasse de verbas para as províncias é desconstruído pela imagem de cidadão caridoso que dispensa seu próprio orçamento para destiná-lo em grande parte às obras de caridade, o que se reflete diretamente na pobreza de que se revestem Imperador e Corte, fato que é contraditória e igualmente criticado por von Koseritz.

Ainda no livro *A invenção das tradições*³⁶ certos paralelos com a realidade de nossa monarquia declinante podem ser encontrados no artigo de David

³⁵ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 43.

Cannadine³⁷ que apresenta algumas considerações esclarecedoras acerca da realeza britânica e a sua invenção de tradições, em especial no que tange ao cerimonial. Cannadine divide o ritual dessa monarquia em três períodos que indicarão, em cada um deles, uma forma da família real posicionar-se quanto às cerimônias em uma relação direta com o aumento ou o decréscimo de seu poder de influência sobre a política e a vida social do reino.

O período de 1820 a 1870, momento do reinado da Rainha Vitória, é caracterizado por uma pobreza do vocabulário cerimonial, uma vez que estes ritos não eram eventos públicos abertos à participação da população, essa, por sua vez, constituía-se majoritariamente em uma sociedade rural que pouco se interessava pela ostentação da metrópole.³⁸ No entanto, o período de 1870 a 1914 marcará profundamente a imagem pública da monarquia britânica. Daquele ritual anterior pouco suntuoso e restrito, ele se tornará público, popular e centro de cerimônias magníficas ao mesmo tempo em que isso significava na prática a perda do poder efetivo da monarquia: “na Inglaterra, ao contrário dos outros países, a volta do cerimonial marcou não a volta do teatro do poder, mas a estréia da escalada da impotência”.³⁹

Assim, o investimento na popularidade da imagem em lugar da perda de poder conseguiu garantir a elevação das figuras de Vitória e Eduardo acima da política, eles se tornaram figuras patriarcais para a Nação em um momento de mudanças dramáticas na sociedade inglesa de finais do século XIX em termos de crescimento da população urbana, ampliação de liberdades, estradas de ferro, navio a vapor, telégrafo e etc., pois “numa época de transformações, crise e transtornos, ‘a preservação do anacrônico’, a apresentação deliberada e cerimonial de um monarca impotente porém venerado como símbolo unificador de permanência e da comunidade nacional tornou-se não só possível como necessário”.⁴⁰

³⁶ Eric HOBSEBORN; Terence RANGER. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

³⁷ David CANNADINE. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e ‘invenção da tradição’, c. 1820 a 1977”. In: Eric HOBSEBORN; Terence RANGER (Orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

³⁸ Cf. Ibid., p. 126.

³⁹ Ibid., p. 131.

⁴⁰ David CANNADINE. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e ‘invenção da tradição’, c. 1820 a 1977”. In: Eric HOBSEBORN; Terence RANGER (Orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 132.

O que se verá no período posterior (1914-1953), diz Cannadine, será a transmutação do ritual da monarquia britânica de seu aspecto de inventividade para o de uma expressão peculiar de continuidade em um período de mudanças inusitadas.⁴¹ Se a monarquia inglesa consegue munir-se e reverter situações de perda de poder sobre os rumos políticos da Nação para o quadro de sua elevação, por meio de uma ritualística inventada, em nível de popularidade mundial, no Império do Brasil do período da viagem koseritziana o que se encontra é a perda desse espaço estratégico que eram as festas e cerimônias para a afirmação da realeza e seu poder.

O quadro descrito abaixo por von Koseritz no dia da reabertura da Câmara demonstra um Império empobrecido que não mantém nem sua popularidade, nem seu poder:

“O ‘povo soberano’ não deixaria passar tal espetáculo, e também não deixaria de ver a grande exibição da corte, - em conjunto um prazer inocente. Consegui em companhia do meu amigo Jansen e de Sílvio Romero, arranjar um lugar na passagem da corte, e logo começou também o desfile. Estranho espetáculo! Sobre animais ofegantes passou primeiro, a galope, uma unidade de cavalaria, brandindo os sabres virgens e desembainhados, e logo depois vieram quatro carruagens de corte, com os fidalgos e camareiros de serviço, e dama de honra. Carruagens de corte disse eu, mas de que espécie!... Todas vinham do século passado, e tinham mais ou menos a forma daquela em que Maria Antonieta fez a sua entrada em Paris. A douração de há muito ficou preta, os estofamentos se foram, tudo está no mais triste estado. Igualmente triste são as velhas librés que vestem cocheiros na sua maioria negros, e que parecem, assim, macacos num circo de cavaleiros. Librés verde-escuras ou pretas, com galões brancos, chapéus de três bicos, como usam entre nós, (em Porto Alegre), os cocheiros de carro de defunto, a espada – faziam deles as mais cômicas figuras do mundo. Uma depois da outra pararam as velhas carruagens diante da entrada e esvaziaram a sua carga: uma dama de honra, (a Baronesa de Suruí), velha e horrenda, mas fortemente decotada e cinco ou seis familiares da corte, metidos em uniformes verdes outrora brilhantes, bordados a ouro, o tricórnio sob o braço, o espadim à cinta e as pernas finas metidas em calções e meias de seda, - assim saltaram eles dos seus carros, fazendo pensar num Carnaval. Um penetrou gravemente, no seu uniforme cheio de dourados. Agora aparecem os batedores e um cocheiro com novos bonés de jóquei verdes, mas com as mesmas velhas librés, e, de um carro não menos velho e escangalhado, saltam o conde d’Eu e a herdeira do trono. Ele traz o grande uniforme de marechal de campo, e causa uma muito boa impressão. Vê-se nele o soldado, e o orgulho da sua alta origem principesca, (que, de resto, não exclui uma penosa preocupação com as questões de dinheiro), está escrito na sua fronte. A Princesa envelheceu rapidamente, seus traços ganharam qualquer coisa de duro, mas o seu cabelo louro vai sempre bem com a sua tez saudável e as suas formas cheias. Ela estava vestida com bastante simplicidade e trazia poucos diamantes. O povo deixou-a caminhar por entre alas no mais absoluto silêncio, e

⁴¹ Ibid., p. 148.

somente aqui e ali se ouviram alguns sarcasmos sobre o conde, que não goza de nenhuma grande estima.

Agora chega a respeitável Imperatriz. Seu carro era um pouco melhor, mas sempre bastante gasto e estragado. Ela desceu com esforço e foi conduzida até a entrada pelos camareiros de serviço. Trazia um pesado vestido decotado, cerimoniosamente semeado de brilhantes e, nos seus cabelos, completamente brancos, cintilava um diadema de brilhantes, enquanto no pescoço trazia o famoso colar de diamantes, que constitui o seu maior tesouro. Sobre os traços bondosos da Imperatriz, que foi recebida com todas as aparências do mais profundo respeito, havia uma sombra de cansaço. Finalmente aparece o Imperador: quatro batedores de libré nova, belos cavalos com ricas arreatas e uma carruagem, senão nova, pelo menos completamente restaurada, guarnecida e ornada de prata e coroa imperial sobre a portinhola, anunciaram a sua chegada. Nenhum aplauso o saudou, nem mesmo um simples ‘viva’. Ele próprio pareceu sentido com isto porque, depois de descer do carro, endireitou-se em toda a sua altura e mergulhou um olhar longo e agudo sobre o povo que o cercava. Não lhe pude achar majestade, com seus sapatos de fivela, meias de seda, calções, gola de penas e manto de veludo verde, sob o qual brilhavam as condecorações de ouro. Especialmente o curioso ornamento de penas, (papo de tucano), produz uma impressão quase carnavalesca. O Imperador caminha um pouco curvado e envelheceu muito ultimamente. Também está ficando visivelmente calvo, e as grandes preocupações, talvez também os padecimentos físicos, cavaram-lhe fundos sulcos nas faces. Na sua frente servidores carregam a coroa e o cetro, e a espada pende à sua esquerda. Depois de ter lançado um longo olhar sobre o povo silencioso, que se acumulava ali, endireitou em passos relativamente rápidos e de cabeça alta para a entrada, e com isso terminou para nós o espetáculo. Passado um quarto de hora tudo tinha acabado, e a corte apareceu de novo de regresso a São Cristovão. A Fala do Trono fora lida, a Assembléia estava aberta. Depois de ter o Imperador deixado o Senado, irromperam dele os ‘trêmulos e muito dignos representantes da nação’, na sua maior parte em uniforme de corte, e alguns em figura bastante cômica.

Em conjunto, a impressão total da festa era mais de molde a sugerir o sentimento do cômico que o do respeito. Quando a monarquia exhibe o seu luxo, deve ser de forma imponente e grandiosa, o que não é o caso, aqui. Eu sei bem que o Imperador não pode ter uma corte brilhante porque ele emprega a sua lista civil em fins de caridade; mas por mais nobre que isto seja, não justifica a falta de tato de se apresentar velhos cacarecos como luxo imperial. Se o Imperador aparecesse no seu uniforme de marechal, - que lhe vai tão bem, - e numa carruagem moderna e elegante, a impressão seria sem dúvida muito melhor do que com os antiquados ornatos da coroa e ainda mais antiquadas carruagens de corte do 17º ou 18º séculos. Não se tinha nenhuma sensação de grandiosidade e o silêncio do povo não contribuía para aumentar o calor do momento.

Entretanto, não julguemos nada; tudo isto já se transformou em costume, e, ainda que não fosse tal, não seria certamente D. Pedro II o primeiro a afastar estas coisas.

Rio, 4 de maio de 1883.”⁴²

⁴² Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 46-47.

Como pode-se observar nesta descrição de von Koseritz, o cerimonial na Corte imperial brasileira deixava muito a desejar em termos de pompa e circunstância. No trecho acima, fica patente, uma vez mais, a posição ambígua do viajante frente à Corte, já que a princípio sua curiosidade em ver de perto a cerimônia e conseguir um bom lugar para tal realça seu lado provinciano que anseia por conhecer o protocolo imperial. No entanto, quando se trata de narrar o ritual, a tinta jorra feroz e preconceituosamente de sua pena européia, nesse caso, novamente, ele não enxerga qualquer traço de majestade no Imperador, que nem saudado pelo povo foi e nem o poderia ser, pois o espetáculo não ofereceu qualquer grandiosidade e a Corte e os servidores maltrapilhos e deselegantes não deixaram de contribuir para o insucesso da ritualística que tendeu a criar mais o “sentimento do cômico que o do respeito”.⁴³

Desta forma, a força da imagem do Estado centralizador que dom Pedro deveria representar, particularmente em tais ocasiões, acaba por dar-se, na verdade, enfraquecidamente. A figura do monarca tropical faz-se anêmica moral e fisicamente, seu traje real adaptado para o colorido brasileiro é apontado pelo narrador como motivo de achincho devido ao aspecto carnavalesco que apresenta. Mas, no final das contas, nada disso deve ser motivo para espanto ou julgamento se se considerar, justifica o viajante, o emprego, em caridade, da lista do civil do Imperador.

Outro aspecto contrastante entre as modificações executadas pela realeza inglesa para se sustentar em uma conjuntura contrária a si é o papel que a imprensa marrom ocupará na promoção da nova imagem do monarca como um chefe da nação.⁴⁴ No Brasil, porém, a imprensa local de mesma natureza trabalhará para arruinar e diminuir ainda mais a figura já desgastada do Imperador, fato que certamente não passará em branco ao olhar crítico de nosso jornalista, que defenderá, como de costume, o Imperador das acusações feitas pelo jornal *Corsário* acerca de sua vida amorosa extraconjugal supostamente sustentada com dinheiro público. A tônica do argumento de von Koseritz recairá sobre o modo de vida modesto e dedicado à família de Pedro II, porém, tamanha

⁴³ Ibid., p. 48.

⁴⁴ Cf. David CANNADINE. “Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e ‘invenção da tradição’, c. 1820 a 1977”. In: Eric HOBSEBAWN; Terence RANGER (Orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 132.

complacência não será manifestada quando de sua crítica à atuação política do Imperador e à liberdade de imprensa no Brasil:

“Ontem morreu o ‘Cruzeiro’; era a única folha doutrinária da grande imprensa e foi para onde todos iremos porque o povo do Rio prefere ataques pessoais, descompostura e crônica escandalosa à melhor doutrina. O estômago estragado do ‘Zé-Povinho’ não suporta o cozido pesado da doutrina, o resumo do pensamento; gosta mais da pimenta forte do escândalo, o tempero picante da malícia a quente ‘mock-turtle’ das descomposturas. Por isto o ‘Cruzeiro’, apesar do grandioso palácio próprio na rua do Ouvidor, foi-se depois de uma profunda doença, que já matou tantas pequenas folhas e que se chama – falta de papel. O ‘Corsário’ e outros tantos semelhantes ‘ejusdem furfuris’ ainda de maior formato, têm sempre papel suficiente, não somente papel de imprensa como notas de banco. Eles conhecem, contudo, o gosto do público e temperam a sua cozinha de acordo com ele. Justamente agora está sendo servido ao ‘gourmand’ da rua do Ouvidor um ‘ragout’ excelente e apimentado. A imprensa pornográfica tomou mais uma vez o Imperador como alvo das suas manipulações. Censura-se-lhe ter uma ligação amorosa (o velho alquebrado homem!) com uma dama do ‘highlife’ do Rio ou de Petrópolis, cujos favores ele teria obtido com a assinatura do contrato de Copacabana. Agora o representam como um velho dandy, que se conduziu de forma risível, como um louco enamorado, no baile da condessa de Barral, e que esquece e maltrata os interesses nacionais entre os braços da Circe cubana, (a dama em questão é uma cubana). Naturalmente não há uma só palavra de verdade em toda a história. O Imperador é um homem honrado, como há muito poucos no Brasil; tem cometido muitos erros políticos, mas é um modelar chefe de família, e semelhantes boatos são simplesmente infames. É claro que ele pode, aqui ou ali, distinguir uma jovem dama bonita ou inteligente, de forma a conversar com ela por mais tempo do que com outras. Quem não aprecia a juventude, a beleza e a inteligência? Mas desta natural inclinação não se segue que o soberano se torna infiel aos seus deveres de chefe, de esposo e de pai de família, e muito menos pode ela justificar a pretensão de que o Imperador tenha agido desonestamente, prejudicando o seu governo para servir os interesses particulares de quem quer que seja. É uma calúnia da mais torpe e mais baixa qualidade, realmente revoltante, pois o Imperador D. Pedro é um homem honrado, no mais exato sentido da expressão, um homem que vive nas condições mais modestas, (tão modestas como nenhum presidente de pequena República seria capaz de aceitar), e que dos 800 contos da sua lista civil gasta mais de 700 com obras de caridade e dispêndios ligados à instrução pública, ao apoio de jovens talentos etc...

Ainda que ele empregasse dinheiro para comprar amores mercenários não seria metendo a mão nas arcas do tesouro público; estaria apenas limitando as suas obras pessoais de caridade. E, apesar de tudo, o caluniam de forma tão vergonhosa. Frequentemente duvido do futuro desta nação que esconde, em um organismo ainda mal saído da infância, todos os pecados e as más paixões de um velho libertino e que, na verdade, é como uma ‘senil juventude’ entre as demais nações. E para isto só há um remédio; - limitação da liberdade de imprensa. Eis uma estranha proposição na pena de um homem saído da imprensa e nela vivendo há mais de um quarto de século, mas ela é exata, pois a ruína do país é este impudor de imprensa, (não liberdade de imprensa, sr. tipógrafo!) que tudo atira na lama; que profana o que há de mais alto e mancha o que há de mais nobre; que não reconhece os serviços nem as virtudes, mas que somente calunia, agride e atassalha a honra alheia! Eis por que tenho toda a razão ao me exprimir como fiz há pouco.

Rio, 21 de maio de 1883.”⁴⁵

Mas eis que aquilo que narra o viajante nada mais é que o sinal evidente da derrocada do Império, que insistia na centralização do poder e na manutenção da mão-de-obra escrava. Inventada ou não, von Koseritz, como europeu, não deixa de creditar importância à tradição e de sublinhar que aqui, independente dos esforços para forjar uma Nação civilizada e malgrado as adaptações para a realidade local pouco se conseguiria, pois o homem brasileiro em nada colaborava:

“A monarquia é um fruto exótico no solo da América, onde lhe falta a tradição, e quanto mais se esforça o Imperador em cercar-se de um círculo de nobreza, que incute respeito pelos seus títulos, tanto menos o consegue ele, pois a aristocracia daqui é uma caricatura da européia. Ela não tem nenhuma tradição no passado e nenhuma continuidade no futuro; falta-lhe o verdadeiro ‘cachet’ da nobreza, e ela ficará sempre sendo uma caricatura e nunca formará uma força que possa realmente apoiar o trono. Quando se olha esses senhores em plena luz, logo lembramos a palavra de Napoleão: ‘Raspe um russo e tártaro aparece’. Raspa-se um pouco um desses barões ou viscondes recém-saídos da forma e teremos um ente humano que não é tártaro, mas que é tudo, menos de natureza aristocrática. A nobreza perdeu a sua importância histórica na Europa, à qual devia a sua situação de privilégio. Ela conserva no entanto a importância da tradição, e as mesmas leis que dominam toda a natureza encontram também a sua aplicação nesta instituição social. Quem olha o mesmo nome, convence-se da necessidade de ser digno de tais antepassados, e isto é uma idéia profunda.

Rio, 25 de julho de 1883.”⁴⁶

Em mais este comentário, von Koseritz expressa sua descrença quanto à elite brasileira que, de sua perspectiva, ao inventar-se como uma nobreza nos trópicos sem o amparo das raízes aristocráticas e através do recurso da compra de títulos é, em seu âmago e na prática, incapaz de aconselhar o monarca frente às questões de Estado. A aristocracia local, diz von Koseritz como que de um patamar diferenciado, ressentia-se da ausência da tradição herdada pelo sangue, fator que lhe incutiria o devido diferencial, pois, assim, ela se sustentaria na tradição de sua história, como a nobreza européia de então que, por mais desprovida que estivesse de seus antigos privilégios, se mantinha digna de admiração e respeito.

⁴⁵ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 80-81.

⁴⁶ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 134.

2.2.

Relatos de viagem: como e onde situar as *Imagens do Brasil*

2.2.1.

Sobre viajantes e relatos de viagem

Desfocar o olhar de von Koseritz enquanto político, jornalista, professor, naturalista e de ocupações outras que tenha desempenhado para a sua função de viajante e, conseqüentemente, *Imagens do Brasil* como o compêndio de seus relatos de viagem, obriga um recuo no tempo do ano de 1883 para o último quartel do século XVIII e para as primeiras décadas do XIX, período em que o conceito de viagem modifica-se e atrela-se a intuítos maiores de civilização, de acordo com os rumos do pensamento iluminista para sua corroboração como forma de entender e apreender o mundo.

Pensar nas razões que levaram os viajantes naturalistas a embrenhar-se na imensidão de territórios desconhecidos com o objetivo de mapear a natureza através de suas viagens, é tratar já de início, pela própria formulação da questão, de princípios que são caros ao Iluminismo. Primeiramente, o domínio da natureza por intermédio do aprofundamento do conhecimento sobre a mesma permitiria e impulsionaria a marcha da sociedade em direção ao progresso, baseando-se na viagem como medida capaz de civilizar e educar este homem iluminista. No caso do Império brasileiro, como abordado anteriormente, um estado avançado de civilização se daria através do saber científico e da formulação de uma história pátria.⁴⁷

Além disso, a viagem enquanto experiência adquire um estatuto antes inexistente; a vivência da viagem nas diversas experiências e experimentações que proporciona torna-se vital para o esclarecimento e a formação do cidadão ilustrado. A partir deste momento, passa-se a produzir conhecimento pela observação direta, as anotações são feitas no local em que se vê o fato e, em boa parte das vezes, para ressaltar ainda mais o caráter documental do material

⁴⁷ Cf. Rachel PINHEIRO. *Aspectos das produções textuais nas viagens científicas*. Disponível em <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/rachel.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

analisado, incrementa-se o registro com ilustrações de detalhes da paisagem e do meio em que o viajante se localiza.⁴⁸

Diz o editor da enciclopédia *Bibliothèque Universelle des Voyages*, em 1833:

“As viagens são a escola do homem, ele não dá um passo sem aumentar os seus conhecimentos e ver recuar diante de si o horizonte. À medida que avança, seja através de observações próprias, seja lendo os relatos dos outros, ele perde um preconceito, desenvolve o espírito, apura o gosto, aumenta a sua razão acostumando-se ao altruísmo. E tanto por necessidade quanto por justiça em relação à humanidade, sente-se cada vez impelido a se tornar melhor, dizendo a si mesmo segundo o filósofo Tolland: o mundo é a minha pátria, e os homens são os meus irmãos”.⁴⁹

Assim, conhece-se uma nova maneira de viajar que não se encontra mais dentro de uma perspectiva colonialista e violenta como nos primórdios da conquista americana, cujo objetivo era desbravar e descobrir. Agora, o pano de fundo das viagens é a pesquisa e o desenvolvimento científico calcado na letra e na palavra. Não que a perspectiva investigativa exaltada por essa nova viagem deixe de contemplar interesses exploratórios e até mesmo de conquista, mas a natureza deixa de ser cenário do fabuloso e imaginário para ser objeto de estudo de grande relevância através do olhar europeu classificatório e ordenador da história do mundo.

A elevação das viagens a este patamar de destaque no século XVIII corresponde, verticalmente, aos desejos daqueles que almejavam progredir enquanto civilização. Em outras palavras, as viagens a lugares distantes e exóticos se constituíam como uma política dos Estados europeus no intuito de promover o conhecimento sobre a natureza e a cultura de outros povos e regiões através do levantamento qualitativo e quantitativo dos elementos naturais e artificiais destas outras realidades.⁵⁰

Em contrapartida às realizações das viagens, os Estados exigiam a coleta desses elementos e o registro das experiências na forma de relatos para que depois

⁴⁸ Cf. Manoel Luiz Salgado GUIMARÃES. *História e natureza em von Martius*: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, julho/out. 2000, vol. 7, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de julho de 2006.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Cf. Rachel PINHEIRO. *Aspectos das produções textuais nas viagens científicas*. Disponível em <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/rachel.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

viesses a compor coleções e integrar os acervos dos museus europeus, de maneira a capacitar essas instituições para a produção de conhecimento acerca da História Natural através do armazenamento e da disponibilização deste material proveniente dos mais distantes continentes para a pesquisa e a sistematização do mesmo, fazendo dos museus verdadeiras enciclopédias de objetos:

“As Instruções Linneanas de 1753 e 1759 articulavam-se funcional e conceitualmente através de duas idéias-chave: as viagens filosóficas, pela sua natureza profissional e pelo seu alcance econômico, são um assunto público e uma tarefa do Estado; o museu de História Natural é o local por excelência onde se desenrola o labor final do naturalista, tendo por objeto científico os produtos remetidos pelo viajante.”⁵¹

O viajante, por sua vez, não era um mero aventureiro que se propunha a adentrar o domínio alheio sem prévio conhecimento de causa, sua missão e seu destino eram anteriormente definidos e, inclusive, muito estudados ainda em sua terra de origem, até mesmo através de simulações em campo. A viagem pressupunha de antemão três fases: “uma preparatória, um segundo momento constituído pela viagem em si, e, por último, o trabalho posterior às atividades de campo”.⁵²

Convém destacar no bojo de todo esse ritual de empreendimento e real concretização das viagens o papel central que os museus ocuparam nessa tarefa. Aos museus, enquanto instituição de pesquisa, cabia a formulação das instruções de viagem, de acordo com as concepções científicas vigentes, sobre como proceder com relação às várias etapas da mesma, da organização de objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento, confecção de relato e exposição de coleções até a tentativa de padronização do olhar do naturalista e das observações que irá sistematizar para que se diminua a tensão entre quem observa e o observado mais aquele que, posteriormente, lerá o relato.⁵³

Cientes das razões práticas das viagens quanto ao diagnóstico de riquezas naturais com potencial exploratório, os viajantes, por mais bem instruídos que

⁵¹ BRIGOLA apud Ermelinda Moutinho PATACA; Rachel PINHEIRO. “Instruções de Viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 jan/jun, 2005. p. 61-62.

⁵² Ermelinda Moutinho PATACA; Rachel PINHEIRO. “Instruções de Viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 jan/jun, 2005. p. 59.

⁵³ Cf. Rachel PINHEIRO. *Aspectos das produções textuais nas viagens científicas*. Disponível em <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/rachel.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2008.

fossem em relação ao que e como coletar e relatar, não deixavam de expressar, pela seleção dos materiais e a forma de registro, sua individualidade e subjetividade, fato que se refletirá em seus escritos que, inevitavelmente, se modificarão e ganharão contornos próprios com o passar dos anos:

“Ao longo do século XVIII e século XIX, as viagens de um modo geral ganharam forte especialização, e conseqüentemente isso se refletiu na literatura de viagens produzida neste período. Assim, as memórias, os relatos, os diários e as Instruções de Viagem apresentam algumas transformações e continuidades no decorrer da passagem do século XVIII ao XIX.

Lisboa postula que ‘diferenças que, demarcadas pelas condições históricas e pela dimensão subjetiva dos autores, dificultam em parte qualquer definição muito rigorosa do gênero [de literatura de viagens]. Suas manifestações caminham entre a crônica, a epístola, o romance, a poesia, o diário e o relato científico, acrescentado não raramente do correspondente iconográfico.’”⁵⁴

Apartada do contexto de viagem filosófica, a narrativa de von Koseritz, ainda que distante dessa visada classificatória e enciclopédica sobre o mundo, não deixará de pertencer ao gênero da escrita de viagem e, por mais que se diferencie dos procedimentos acima abordados para a realização de viagem e seus relatos, mantém da essência deste tipo de escrita um caráter magistral a ser interpretado pelo leitor que, certo da vivência do autor diante dos fatos narrados, tomará posse para si do que ele tem a ensinar.

2.2.2.

Apropriações de espaço e tempo

As manifestações textuais dos viajantes naturalistas evocam diretamente uma escrita sistematizada e controlada no sentido de cumprir seu dever para com as exigências e as instruções do Estado que patrocina a viagem. No entanto, o estudo da narrativa de von Koseritz revela desde as primeiras páginas de seu diário não se tratar de um relato de pesquisa, *Imagens do Brasil* não tem cunho acadêmico-científico, nem é elemento constitutivo de uma política de Estado.

Já no prefácio à edição alemã de *Imagens do Brasil*, publicada em 1885, há uma análise a respeito das diferenças entre a obra koseritziana e a dos viajantes

⁵⁴ Ibid.

naturalistas *stricto sensu*, onde o editor pende para a aclamação do trabalho de seu conterrâneo por apresentar uma descrição supostamente fidedigna do Brasil, embasada por seu conhecimento de longa data do país e, além de tudo, por despertar a curiosidade do leitor alemão sobre as questões do Império nos trópicos em pleno findar do século XIX:

“As primeiras [obras de caráter estritamente geográfico] são, no entanto, pouco lidas pelo grande público, e as últimas são tanto menos objetivas quanto devem ser consideradas especialmente em relação às condições sociais e políticas.

Um exato conhecimento destas só pode ser obtido mediante uma longa permanência no país, com absoluta intimidade com a língua, costumes e usos dos habitantes, preparação a que não corresponde a maioria dos autores das referidas narrativas de viagens.

Assim, estas ‘Imagens do Brasil’ deverão permanecer tanto mais importantes, quanto foram escritas por um eminente alemão, que tem agido indiferentemente, durante uma estada de 33 anos no país, como literato, político e deputado e cujo exato conhecimento das coisas brasileiras é reconhecido pelos seus mais rudes adversários políticos. Elas não foram destinadas inicialmente ao grande público e apareceram, em forma de diário de viagem, na folha, editada pelo Autor, em Porto Alegre, ‘Koseritz Deutsche Zeitung’ [sic]. Por esta razão têm elas freqüentemente uma cor local que não é, entretanto, bastante forte para comprometer o seu conteúdo. Ao contrário, tal conteúdo, - como se verifica com uma inspeção no índice, - é tão variado e tão importante para o conhecimento do país, que o seu aparecimento, em forma de livro, é especialmente oportuno, principalmente se se tiver em vista o vivo interesse que se começa a manifestar, na Alemanha, pelo Império sul-americano.”⁵⁵

Afonso Arinos de Melo Franco, autor do prefácio à tradução da obra em 1941, apesar de criticar o tom jornalístico de von Koseritz, não poupa elogios àquela que fez por merecer sua tradução ao português, encontrando mais uma vez no caráter *vivência profunda do país* pelo viajante o alicerce para o sucesso das abordagens sobre a sociedade imperial presentes em sua narrativa:

“Imagens vivas e coloridas são elas e quase sempre exatas, pois provêm de um narrador que, vendo a corte com olhos de estrangeiro, não era, contudo, estranho às coisas do país, como a grande maioria dos outros viajantes. Não acentuaremos aqui a admirável cópia de informações preciosas, nem de observações de valor contidas neste volume, as quais, seguramente, contribuirão para que muitos leitores formem um juízo mais claro ou mais certo sobre o cenário imperial e sobre numerosos dos seus figurantes. Diremos apenas que em nenhum outro livro, de nosso conhecimento e referente ao mesmo período, as informações são mais copiosas, as críticas mais oportunas e as reflexões mais justas.

⁵⁵ A. W. SELLIN. Prefácio (1885). In: Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 13-14.

Os atores e as cenas do grande palco imperial vão desfilar à nossa vista, em todo o vigor da realidade. Deixemos, pois, que o pano se levante”.⁵⁶

Assim, pode-se pensar a narrativa de von Koseritz mais próxima do gênero literário da crônica do que um relato de viagem tal como encomendado pelos Estados nacionais europeus limitadores de sua feitura em moldes de suposta objetividade e cientificidade. A crônica e as cartas da Corte de von Koseritz caracterizam-se como tal e apresentam-se como um texto liberto de parâmetros cerceadores, já que a crônica pressupõe um alto grau de liberdade para quem a escreve; os princípios norteadores de seu escritor são sua vontade pessoal de narrar este ou aquele acontecimento, mas, ainda assim, a crônica guarda sua marca central no fator tempo que, uma vez vivenciado, será apreendido e transcrito para as linhas do cronista.⁵⁷

Crônica e cronista se complementam, sem que um se choque com o outro, e o tempo segue sua marcha contínua e expõe aos olhos do arguto cronista situações que lhe tocam e parecem representar o âmago de toda uma conjuntura maior na expressão de uma situação corriqueira. Pronto para extrair do mundo os momentos dignos de se eternizar, o cronista registra com sua pena esses pequenos fractais de um cenário expandido. Curioso notar que von Koseritz publicará suas cartas-crônicas em um jornal, sem a pretensão, em um primeiro momento, de transformá-las em livro. O cronista, conhecedor das vontades do tempo, deixará que ele mesmo defina o mérito que terão seus escritos para a posteridade.

Segundo Neves, a crônica moderna se estrutura da seguinte forma:

“seu tom é leve, e busca sempre ser acessível a todos os leitores. Sua marca de identidade é a de ser comentário quase impressionista. A escolha de seus temas é supostamente arbitrária e a liberdade preside sua construção. Sua forma é, por definição, caleidoscópica, fragmentária e eminentemente subjetiva.”⁵⁸

Além do que, a crônica tem muito a contribuir do ponto de vista da construção da memória, em específico da memória da cidade, o que remete às

⁵⁶ Afonso Arinos de Melo FRANCO. Prefácio (1941). In: Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 12.

⁵⁷ Cf. Margarida de Souza NEVES. “História da crônica. Crônica da história”. In: Beatriz RESENDE (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, 1995. p. 17.

⁵⁸ Margarida de Souza NEVES. “História da crônica. Crônica da história”. In: Beatriz RESENDE (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio/CCBB, 1995. p. 20.

observações onipresentes em toda a obra de von Koseritz sobre a cidade do Rio, analisada por todos os ângulos e sem impedimentos para a real conformação de sua feição identitária, fosse ela boa ou ruim. Ao lembrar, ainda, dentro dessa perspectiva pedagógica da crônica o destinatário destes comentários, ver-se-á, no caso de von Koseritz, que o diálogo estabelecido será com o colono alemão leitor do *Deutsche Zeitung* que, crendo na cumplicidade e na proximidade do narrador à realidade de suas preocupações, forma sua visão do Rio, cidade-capital por excelência, síntese e monumento do Estado imperial de acordo com o descrito e opinado por von Koseritz, como afirmará ele em seu primeiro dia de passeio pela cidade:

“É certo que sentimos aqui pulsar a vida do Império – aqui nos encontramos no ponto central e mais importante dele e vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública, - mas o caráter geral da sociedade local é muito especial e quase que eu dizia frívolo. O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro, - eis uma sentença cheia de verdade.

Rio, 26 de abril de 1883.”⁵⁹

O autor ganha, assim, sua credibilidade junto ao leitor não só por sua militância política em defesa dos interesses germânicos, mas também pela cordialidade do recurso retórico de se dirigir ao leitor e aconselhá-lo sobre os percalços e as particularidades da vida na cidade do Rio:

“Agora, por último, algumas anotações de caráter prático: - No Rio almoça-se melhor no Petzold ou no Heydtmann e janta-se melhor nos ‘Frères Provençaux’. Os ‘soupers en petit comité’ são muito bonitos nos chalés do Jardim Botânico, onde se é sempre bem servido. ‘Experto credite’, caros leitores, e se alguma vez vierem ao Rio e seguirem os meus conselhos, certamente não se arrependerão.

Rio, 8 de maio de 1883.”⁶⁰

O aspecto da *cor local*, como salientado por Sellin em seu prefácio, quanto às descrições formuladas por von Koseritz é fruto da permanência do autor no

⁵⁹ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 31.

⁶⁰ Ibid., p. 57-58.

Brasil e de seu interesse em participar ativamente das questões locais, fosse por intermédio da política, como da cultura. Seu conhecimento sobre o Brasil e o comportamento de seu povo perpassam suas descrições, o que torna a leitura de suas cartas tão prazerosa quanto instrutiva, como dirá Neves:

“Com efeito, as cartas de Koseritz deixam transparecer com muita clareza as ambigüidades, incoerências e duplicidades próprias de seu autor, que se revela ao leitor não apenas como um alemão que é, também, um brasileiro, mas também como um provinciano maravilhado com as pompas da corte; como um liberal aberto às idéias de seu tempo que, por outro lado, é preconceituoso em relação aos judeus, aos negros, aos índios e aos orientais; como um homem de imprensa que é um ferino opositor do tipo de jornalismo que encontra no Rio de Janeiro; como o moderno baluarte das idéias da imigração que é, também, o áulico que faz questão de comparecer seguidamente às audiências do palácio de São Cristóvão para render homenagem ao imperador; como um defensor da descentralização que se curva às imposições do centralismo do Império e, finalmente, como um crítico mordaz e um adorador da cidade que visita.”⁶¹

Compreender a apreensão da cidade operada por nosso jornalista-viajante obriga a desviar a atenção para uma análise da própria idéia de cidade em si. A cidade como abordada por Michel De Certeau,⁶² enquanto um conceito, engloba duas noções em sentidos diversos, mas ainda assim possíveis no que se refere à cidade. Dirá De Certeau que a cidade possibilita tanto uma vista perspectiva, quanto prospectiva no que ela permite abranger em sua superfície tratável uma projeção de “passado opaco” e outra de “futuro incerto”.

A cidade vista conceitualmente é produto de um discurso utópico e urbanístico, posto que pretende gerar um espaço próprio calcado em um não-tempo, ou seja, sem considerar o fator temporal e as mudanças que lhe são inerentes e, ainda, crendo em um sistema sincrônico capaz de imobilizar as práticas de seus usuários, que em nada cooperam para a manutenção deste sujeito universal e anônimo sugerido pelo conceito de cidade.⁶³

Angel Rama acrescenta uma comparação que se pode estabelecer quanto às outras cidades latino-americanas em relação ao Rio. Rama alerta para o fato de

⁶¹ Margarida de Souza NEVES. “Uma cidade entre dois mundos. O Rio de Janeiro de 1870 a 1889”. In: Keila GRINBERG e Ricardo SALLES (Orgs). *O Brasil Império. 1808-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (no prelo). p. 12-13 da versão mimeografada.

⁶² Cf. Michel DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁶³ Cf. Ibid., p. 173.

que as cidades construídas pelos conquistadores espanhóis se inseriam em uma concepção de mundo racional e organizadora, que encontrava no modelo urbano da cidade barroca a sistematização necessária para se contrapor à cidade orgânica medieval. A recém-conquistada América se abria, então, como um vasto campo para a implantação deste modelo de cidade, cujo cerne estava na relação idealizada de transposição da ordem social hierárquica para a realidade do espaço físico da cidade através de sua ordenação de forma geometrizada e distributiva, como um tabuleiro de damas, o que permitiria ver, em teoria, no mapa desta cidade o reflexo da organização e da hierarquia da sociedade local.⁶⁴

No entanto, ao ter-se em mente que a ordem física de uma cidade é, na realidade, variável e está sujeita às práticas daqueles que fazem uso dela, independente do intuito controlador de quem a projetou, o que se percebe no dia-a-dia destas cidades é, exatamente, a desvirtuação do projeto inicial por intermédio de práticas em seus espaços muitas vezes não-legitimadas e, até mesmo, incompreensíveis.

Em outras palavras, aquilo que se quer representar simbolicamente através dos espaços criados é, incontáveis vezes, a todo instante, refeito e desregulado por táticas sub-reptícias do cotidiano na apropriação dos espaços, onde “há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem.”⁶⁵

Em seu primeiro relato dedicado ao Rio de Janeiro, von Koseritz denunciará, logo de início, o caos que impera na cidade. O viajante ressaltará a desordem característica que permeia as ruas da cidade, abrindo-as à recriação e à interpenetração constantes de sua lógica de funcionamento de acordo tão somente com as vontades de seus usuários. Assim, descreverá von Koseritz uma cidade que se opõe diametralmente à formatação das cidades da América espanhola suscitada por Rama:

⁶⁴ Cf. Angel RAMA. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 28.

⁶⁵ Angel RAMA. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 53.

“A primeira impressão do Rio não me foi nada favorável. A prevenção contra a febre reinante, o calor quase insuportável, numa época em que já gozamos, no Rio Grande, de um a temperatura fresca, as ondas de carros e ‘bondes’, (carris urbanos, puxados a cavalo), que se cruzam em todas as direções aos 5 e aos 6 de uma vez; o trânsito de multidões de pedestres, o grito insuportável dos pequenos vendedores de jornais, tudo contribui para confirmar as vantagens das pequenas cidades. E não é sem razão que o Rio pode ser interessante, mas não agradável.

Rio, 26 de abril de 1883.”⁶⁶

Após relativizar o conceito de cidade planejada diante da prática de utilização que, de fato, se dá nesta cidade, faz-se profícuo analisar o papel dos mapas urbanos quanto a essa relação da cidade, ora como algo estático e controlável, ora como organismo dinâmico e imprevisível. Os mapas, afirma De Certeau, referem-se a um procedimento de esquecimento, que substitui pelo traço a prática dos passos e da caminhada; tudo aquilo que é do universo da transformação do sistema topográfico no âmbito da seleção operada pelo pedestre pretende-se ausente quando da formulação de mapas com seus traços e trajetórias, pois o mapa, ainda que “visível, tem como efeito tornar invisível a operação que a tornou possível.”⁶⁷

A cidade que é apresentada por von Koseritz dá-se, sem dúvida alguma, pela apropriação espacial feita através, justamente, da sua locomoção pela cidade, uma vez que o viajante em momento algum menciona em sua obra a utilização de um mapa para se orientar, pelo contrário, ele se deixa levar por suas próprias vontades de situar-se em meio a esta cidade, de maneira a captar o que diz respeito a essas tais práticas do cotidiano abafadas pelos mapas.

O ato de caminhar, bem como o de viajar marcam, assim, a errância do perambular como a falta de um lugar. Na realidade, o caminhar caracteriza-se pela procura constante de um lugar próprio que se alterna, contraditoriamente, com a ausência do mesmo, posto que a errância, devido a sua natureza, faz da cidade espaço de uma experiência social da privação de lugar. Desse modo, von Koseritz incorporará o intuito da viagem e do ato de caminhar, de fato, como o suprimento de saídas, idas e vindas ao recorrer a um passado legendário que necessita

⁶⁶ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 31.

⁶⁷ Michel DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 176.

encontrar em outro lugar que não Porto Alegre, mas na Capital imperial. É, pois, na diversidade e no exotismo do que vê nas ruas do Rio que o jornalista encontrará material para escrever seu diário. O exílio caminhante que empreenderá lhe permitirá o vagar de seu olhar observador e classificador, exposto a um fluxo tremendo de novas sensações e situações e, por conseguinte, a escrita sobre a vida cotidiana da cidade.⁶⁸

Os relatos de lugares produzidos por von Koseritz são, portanto, a criação de algo novo por meio daquelas ruas e lugares que já estão dados. Na verdade, tais relatos nada mais são que o reflexo de uma tática cotidiana de esboçar pelos passos empreendidos o que virá a ser escrito em sua narrativa, que, por sua vez, cuidará de organizar e concatenar os espaços que lhe interessa tornar memoráveis na forma de um lugar ou, no oposto, transformar um lugar em um espaço.⁶⁹ Os relatos de espaço atravessam e organizam lugares, os selecionam e os reúnem em um conjunto, logo, criam itinerários capazes de transportar o leitor a uma realidade descrita, levando em conta, ainda, que essa escrita é, ela mesma, fruto de uma prática fundadora de mitos e articuladora de espaços, que não só os descreve e os demarca, mas que também os cria.

Ao desdobrar ainda mais as aproximações referentes às descrições do Rio feitas por von Koseritz, é possível identificar duas formas utilizadas pelo autor para abordá-las. Uma seria o desprezo manifestado e o pavor causado ao autor pelas práticas diárias da cidade que são salientadas por sua proximidade junto ao povo através das caminhadas pelas ruas do Rio, fato que potencializa o aspecto depreciativo que imputará von Koseritz à cidade:

“A vida de rua no Rio faz sobre o estrangeiro, principalmente sobre o provinciano, uma impressão de aturdir. Os nervos da vista, do ouvido e do olfato do habitante do Rio são, naturalmente, longamente preparados contra essas impressões, mas o alienígena deve empregar meses, para se habituar. O movimento do tráfego nas ruas, geralmente estreitas, é verdadeiramente colossal; de minuto em minuto cruzam-se bondes em todas as ruas, e a gente pode estar aonde estiver, que não leva mais de 5 minutos para encontrar o bonde que procura, o qual, por 100 réis, nos carrega durante horas de um extremo ao outro da cidade. Os trilhos, com poucas exceções, são estreitos, os carros geralmente puxados por uma só mula; também os há com duas e, nas subidas, até com quatro mulas, sendo que os animais são sempre bem tratados. Mais de 300 bondes trabalham dia e noite nas ruas do Rio, e se cruzam em todas as direções; é incrível como aqui se anda de bonde, e se pretende que em nenhuma cidade do mundo o

⁶⁸ Michel DE CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 187.

⁶⁹ Ibid., p. 200.

transporte urbano é de tal forma usado. Além dos bondes rodam permanentemente pelas ruas grandes carros de mudança, carroças de lixo, carros de varrer rua, carros de carga, elegantes coupés, vitórias, chaises, char-à-bancs, tilburis etc., de forma que se deve andar nas ruas com grande prudência, e é extraordinário que não haja mais desastres. Tudo roda e trepida pelas ruas, fazendo sobre o calçamento de paralelepípedos um barulho verdadeiramente infernal. Além disso se ouvem os gritos dos vendedores de frutas e guloseimas; as vozes estridentes dos pequenos italianos, que procuram vender todas as folhas possíveis e impossíveis; os gritos dos vendedores de bilhetes de loteria; o grasnar dos engraxates, que, reunidos às dúzias nas esquinas e praças, oferecem os seus serviços, enfim, uma barulheira infernal que no início atua de forma perturbadora. Acrescente-se a isso as ruas estreitas da velha cidade, sombrias e úmidas, com calçamento usado de pedra, sobre o qual rodam incontáveis carrinhos de mão; os carregadores que lançam o seu canto monótono e os carros de café que rangem.

Rio, 20 de maio de 1883.”⁷⁰

Outra forma do autor encarar a cidade, porém de maneira oposta à carga negativa da primeira, é a posição panorâmica que assumirá com relação à mesma, posição essa em que o autor parece esquecer e desconhecer as práticas entranhadas que se dão no cotidiano das ruas. A cidade-panorama de von Koseritz é bela e sossegada na distância que mantém do povo nas ruas, no ritmo próprio da natureza, que é, por fim, aquilo que caracteriza, aos olhos exógenos, a beleza do Brasil. É nesses termos que descreverá o Passeio Público em sua Carta 44:

“O Passeio é na verdade o tesouro do Rio; muito menos que o famoso Jardim do Campo é, no entanto, sem comparação mais encantador e mais poético, com as suas árvores poderosas, as suas gigantescas palmeiras, seus altos arbustos. Também aqui há lagos e canais, também aqui elegantes pontes os atravessam e cisnes se banham nas águas, estátuas enfeitam os caminhos, sebes bem tratadas cercam as estradas; e contudo a arte desaparece completamente diante da natureza que aqui se mostra grandiosa e mesmo insuperável. Sombras profundas, sítios gostosos no verde escuro das moitas, palmeiras enormes das mais raras qualidades, tudo é arte mas parece natureza, pois o jardim é velho e a sua vegetação secular. Agora subimos ao terraço de mármore, que toma todo o lado do mar. As águas se quebram a seus pés e atiram as espumas até o parapeito... Mas que panorama se descortina à nossa vista! A baía do Rio, mais bela que qualquer imagem, se estende diante de nós. À direita, Glória, Catete, Botafogo, Largo dos Leões até a Praia Vermelha e o imponente rochedo do Pão de Açúcar, a cujo lado uma linha de vagas espumantes marca a barra; adiante as fortalezas e navios orgulhosos que trafegam. À esquerda o porto com sua floresta de mastros, com o convento de São Bento e a ilha das Cobras. Em face de nós Niterói; mais longe, à esquerda, o grupo de ilhas de Paquetá, Governador, Flores etc., e, no fundo, a Serra dos Órgãos em cujo cimo se acha Petrópolis. Uma vista mais bela que esta talvez não exista em todo o mundo, e em nenhum local ela se oferece tão bem como no terraço do Passeio Público. Uma noite de lua no Passeio Público deve ser qualquer coisa de maravilhoso; o aspecto lunar na baía, o gemido das

⁷⁰ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 73-74.

vagas que se quebram e ainda a sombra profunda dos arvoredos do parque, - oh! Seria necessário a pena de um Byron ou de um Dranmor para poder reproduzir razoavelmente semelhante encantamento! Ao cansado jornalista isto não é possível, se bem que o velho coração ainda palpita de entusiasmo à vista de tantas belezas como as que a mais grandiosa natureza do mundo aqui oferece. Aqueles dos meus leitores que conhecem o Rio, e que têm os olhos abertos para as belezas naturais, concordarão comigo em que o Passeio Público, que custou muito menos, é muito mais belo que o grande parque do Campo de Sant'Ana.

Rio, 4 de agosto de 1883.”⁷¹

2.2.3.

Viajar, identificar e narrar

O que já foi explicitado permite a reflexão sobre os motivos que levaram von Koseritz a escrever esse relato de viagem, considerando, para tanto, que a riqueza do que viveu durante a viagem, na verdade, se perdeu naqueles momentos que, ainda assim, ele tenta manter presentes em sua narrativa. Porém, o autor já opera aí uma reprodução das experiências no intuito de criar uma identificação com aquele que o lerá.

Pensar o relato de um viajante estrangeiro como a confecção de imagens do Brasil implica em questionar a noção de paisagem da qual se imbuíam os precursores de von Koseritz nas primeiras décadas do século XIX. Certamente, essa cultura viajante se entranhou pela Europa e transmitiu às gerações de leitores e viajantes que se seguiram, dentre eles o nosso viajante, uma dada percepção sobre o Brasil que, como estudado por Ana Maria Belluzzo, em termos das representações iconográficas e pictóricas realizadas por esses viajantes, parece ter sido como que um resumo de toda a extensão territorial das riquezas naturais do Império.

Para tanto, da perspectiva do viajante estrangeiro que objetivava representar uma unidade a partir da paisagem visível, seu olhar deveria encontrar e destacar da topografia, da geografia, da vegetação e da vida humana do Brasil um certo pedaço de território que contemplasse todo um conjunto de forças da

⁷¹ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 139-140.

ação da natureza, do homem e do tempo combinado em um só cenário, que sintetizaria toda a diversidade de paisagens do Brasil.⁷²

Outro ponto fundamental que ampara a constituição de imagens do Brasil que von Koseritz fará por meio das palavras é a mudança constante propiciada pelas viagens no que se refere a uma alteração de perspectiva sobre o outro. A viagem a um lugar distante parece permitir ao sujeito uma incursão pelo passado, que o leva à construção e à desconstrução de imagens anteriores em uma relação dupla entre distância temporal (o próprio compêndio de experiências de vida do viajante) e distância espacial (o destino dessa viagem), de forma a suscitar uma modificação no próprio eu do sujeito.⁷³

A definição de uma identidade para si mesmo e sua vinculação à realização de uma viagem como busca desse eu que se pretende revelar pelo contato e pela leitura do outro são recorrentes no que tange à formação identitária e à viagem, especialmente quando o que está em pauta é um relato dessa viagem. Neste caso, existirão dois elementos que se querem desvelar enquanto indivíduos através da viagem: o viajante, em seus deslocamentos físicos e mentais, e o leitor, em sua busca interior por intermédio da experiência de viagem do narrador.

Os relatos de viagem apresentam duas facetas. Por um lado, escreve-se o relato para que o leitor possa se orientar e forjar uma visão do local percorrido na viagem, bem como de si mesmo em um jogo de reconhecimento e distinção na comparação que se pode estabelecer quanto aos costumes e aos povos desse outro lugar. De outro, é também uma *escrita de si* do autor do relato, o que significa dizer que essa narrativa é uma representação autobiográfica de seu autor, que materializa sua identidade nas palavras redigidas: “defende-se que a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’”.⁷⁴ A dupla face dessa relação aberta pelo texto funciona em perfeita simbiose, ela resolve em uma esfera autor e sua identidade e, em outra, a identidade do autor

⁷² Cf. Ana Maria BELLUZZO. “The traveller and the Brazilian landscape”. *Portuguese Studies*, v. 23, p. 36-54, 2007. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_6748/is_1_23/ai_n28437189/pg_8>. Acesso em: 20 de novembro de 2008.

⁷³ Cf. Ibid.

⁷⁴ Ângela de Castro GOMES. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: Ângela de Castro GOMES (Org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 16.

para com o seu leitor e, por fim, a identidade do próprio leitor frente às experiências elencadas pelo autor.

Além do mais, a *escrita de si* em toda a sua construção - da ordenação da escrita à datação, passando pela localização e a numeração das folhas do diário -, revela um caráter controlador, como a crônica, do tempo narrado. Entretanto, é ao mesmo tempo uma fuga para a solidão daquele que empunha a pena e se depara com a solidão a ser compartilhada com a figura do leitor.⁷⁵ Existe, ainda, um lado prático relacionado à natureza da narrativa:

“Ela tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se ‘dar conselhos’ parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis.”⁷⁶

Assim, como autêntico conselheiro, o narrador cumpre uma função pedagógica quando relata e extrapola o mero repasse e compilação de fatos para abri-los a uma realidade outra, diferente da sua, mas pertencente ao mundo dos leitores. Não à toa, encontram-se nas figuras clássicas do sedentário e do viajante a representação arcaica do verdadeiro narrador. Contudo, o sedentário, no contexto sócio-político do período de escrita do texto benjaminiano (1936), já se fazia distante e até incapacitado de narrar devido à impossibilidade conjuntural gerada pelas circunstâncias do entre-guerras de passar e trocar experiências, aquela função mencionada anteriormente por De Certeau quanto à fundação de legendas no próprio lugar de origem. Desprovido dessa capacidade, coube ao nosso autor recorrer à viagem para encontrar os subsídios para narrar, bem longe, mas na procura por aproximar.

Benjamin alerta para o fato de que mesmo o saber que vem de longe - desde a Antiguidade sempre tão valorizado – pouco valor passa a obter no seio da sociedade de onde escrevia, rivalizam-se agora narrador e jornalista e sai à frente este em detrimento daquele, pois o último sabe que o ritmo de vida nas grandes cidades se acelerou e que a captura do interesse do leitor começa a concentrar-se

⁷⁵ Cf. Ibid., p. 20.

⁷⁶ Walter BENJAMIN. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Walter BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 200.

na proximidade daquilo que ocorre perto dele, independente da profundidade do acontecido; pesa mais o imediatismo e a presteza com que se tem acesso à informação do que o aprendizado que pode decorrer dali:

“O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível em si e para si”⁷⁷.

Desta forma, o declínio da narrativa para Benjamin se devia ao fato da notícia jornalística já vir acompanhada de informação, ao passo em que a narrativa abre espaços para a interpretação. Assim como uma exposição, sua existência pode até ser pontual e datada, mas a miríade de desdobramentos que possibilita não se exaure em si mesma. Von Koseritz, apesar de estar profundamente inserido em um contexto jornalístico, não deixa de apresentar-se como um bravo narrador. Ele produz relatos sobre o Brasil que ele vê, mas não relatórios, não parece lhe interessar a informação por si só, mas uma dada visão sobre aquela informação e, assim, deixa presente a marca de quem contou o que viu, mesmo sabendo da efemeridade do que sentiu:

“Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida, sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narrativa consumir completamente a mecha da sua vida”⁷⁸.

⁷⁷ Walter BENJAMIN. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Walter BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 202-203.

⁷⁸ Walter BENJAMIN. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Walter BENJAMIN. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 221.

2.3.

Outras viagens

Definidas as territorialidades que envolvem os elementos principais do escopo final deste trabalho, algumas breves reflexões serão sugeridas neste momento a partir da idéia de que a viagem central de von Koseritz à Corte, tanto em termos físico-geográficos quanto sócio-políticos, abre possibilidades para outras três viagens no seio da grande jornada.

Uma primeira viagem a sobressair da viagem maior diria respeito a uma viagem da memória do von Koseritz alemão, do jovem mercenário que chega ao Brasil e aqui decide permanecer até a morte. São recorrentes nas passagens desta viagem uma visada saudosista e comparativa do alemão entre o hoje, personificado na figura do idoso, e o ontem, através da figura do jovem:

“Agora recordo-me do dia em que, atravessando a barra com bom tempo, entramos finalmente em Rio Grande. Que infindável e tristonha impressão me causava a costa arenosa, que se abria diante de nós... O coração se me apertava, e eu não pressentia que esta província, que se me apresentava sob forma tão triste, seria para mim uma segunda pátria, a que eu me apegaria com todo amor do meu coração e pela qual eu trabalhei como se ela fosse a terra do meu nascimento! Ainda menos suporia eu que, somente depois de 32 anos, de novo transporia aquela entrada, e que o jovem despreocupado, que então contemplava as areias do Rio Grande, só deixaria a província como um velho...

Que longo espaço separa o dia de hoje do de então! Como era o moço despreocupado, como observava desinteressadamente o seu novo país! Que lhe importava fosse ele belo ou feio, rico ou pobre? O sangue ligeiro da juventude corria nas suas veias; ele vivia para o momento e não pensava no futuro. Que diferença, hoje, quando, depois de 32 anos, eu deixo a província pela primeira vez... Como meu olhar se suspende com amor sobre essas dunas, de trás das quais deixo tudo o que me prende o coração e o espírito: - família, amigos, atividade política e jornalística...

Bordo do ‘Rio de Janeiro’, 14 de abril de 1883.”⁷⁹

É interessante como a viagem por si só, na desarticulação física e mental que provoca, faz ressurgir lembranças há muito guardadas e suscita o balanço de toda uma vida através da avaliação das escolhas e rumos tomados, como se o autor das decisões se colocasse fora da situação, em um tempo à parte, que parece estacionado, como a lhe permitir a apreciação distanciada de sua vida. De tal

⁷⁹ Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 16-17.

modo dirá o viajante que “num movimento caleidoscópico voltaram aos olhos da minha lembrança as imagens destes últimos 32 anos”⁸⁰ e os momentos de contemplação e divagação parecem intensificar-se e acontecer justo no intervalo de deslocamento do ponto de partida em direção ao destino final:

“O velho oceano é sempre o mesmo, o mugido das suas vagas, que se quebram contra a quilha do navio, é igual ao que então era, e, no entanto, a língua que me fala é outra. Nada me murmura sobre os sonhos juvenis, as esperanças e os desejos que me enchiam o coração de rapaz, mas conta-me dos afetos que deixei na terra do Rio Grande e eu recolho nas ondas verdes adeuses de todos eles... Na noite passada me entretive longamente com o velho camarada da minha juventude, e o resultado da nossa conversa foi que ele, oceano, é um excelente sujeito, que, no total, profetizou com acerto, quando murmurou ao jovem tanta coisa sobre amor e ventura, sobre sucesso e glória.

Bordo do ‘Rio de Janeiro’, 14 de abril de 1883.”⁸¹

Uma segunda viagem poderia ser a do colono sulista encarnado por von Koseritz, esta viagem teria o objetivo claro de defender os interesses dos alemães e seus descendentes nas colônias do sul, especialmente as gaúchas. Esta viagem seria marcada pelo espírito pragmático e enfático de von Koseritz quanto ao incentivo à imigração de colonos alemães para o Brasil.

Esta visão da viagem destaca-se como um dos motivos principais de sua vinda à Corte para discutir e efetivamente fundar, o que veio a acontecer, uma sociedade de imigração que se prestasse à propaganda das vantagens de se investir na mão-de-obra germânica e no sistema agrícola de pequena propriedade rural,

“a sociedade devia ser fundada com a maior amplitude, se possível com muitos milhares de associados, para sustentar energeticamente a ação do Comitê Central de Berlim, conquistar a imprensa, exercer pressão sobre o governo e o poder legislativo, pois só assim seria possível empreender tais reformas.”⁸²

A imigração, crucial para aquele momento econômico do Brasil, se desenhava já como caminho mais viável para lidar com o futuro próximo da abolição da escravidão e a escassez de mão-de-obra para cuidar das extensivas lavouras de café. Von Koseritz, porém, se posicionará contrariamente ao

⁸⁰ Ibid., p. 21.

⁸¹ Ibid., p. 17-18.

⁸² Carl VON KOSERITZ. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: USP, 1980. p. 226.

pensamento dos grandes proprietários de terra ao propagar a idéia do trabalho imigrante em pequenas propriedades que fossem suas e estivessem voltadas para o desenvolvimento da policultura, enquanto os cafeicultores já consideravam a substituição da mão-de-obra negra pela chinesa, como criticado em sua Carta 75 quando da presença no Brasil do comerciante chinês Tong-King-Sing para tratar de tal assunto:

“Traga ele o tão esperado substituto do escravo negro, o amarelo, que o fazendeiro comprará não por toda a vida, mas por uma série de anos, e que poderá tratar como coisa sua! (...) esses barões do café, que na sua inconsciência e ambição espremem o negro como limão, para deixá-lo faminto e mendigando pelas ruas, quando ele fica velho. É uma singular coincidência que a chegada deste filho do Celeste Império se dê justamente no momento em que se apela para a fundação de uma grande sociedade que teria o objetivo de cuidar da imigração alemã e italiana.

Rio, 13 de outubro de 1883.”⁸³

A terceira viagem presente na rica jornada koseritziana é aquela que será aprofundada nos próximos capítulos, a viagem do provinciano alemão pelo museu. Essa viagem, para além de se descortinar como campo fecundo para a ponderação proposta inicialmente, uma vez que propicia ainda a analogia colecionador-exposição, permitirá pensar o museu como um eco ou marco do caráter universal pretendido pelo Império, engendrando uma correlação supostamente plausível entre tradição européia e sua representação nos trópicos pelo Brasil.

Os museus e suas narrativas configuram-se também como espaço para a busca de uma definição identitária e nada mais legítimo que um alemão naturalizado brasileiro, porém habitante de uma longínqua província, vir procurar no coração do Império experiências dessa natureza, talvez para pensar a ambigüidade de suas múltiplas identidades, ao mesmo tempo em que resolveria a de seus pares colonos no Rio Grande do Sul.

Os museus do século XIX são, além de locus de construção de imagens, lugar de fala da ciência e, por conseqüência, de civilização. E é por meio da institucionalização das ciências operada por essas instituições que é possível

⁸³ Ibid., p. 223.

vislumbrar um ponto de contato e proximidade com as Nações progressistas européias ao estudar o que é a maior riqueza e moeda de troca na cultura oitocentista herdeira do Iluminismo: a natureza.